

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO



DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA - PR

Artigo 37 da Constituição Federal / Artigo 153 da Lei Orgânica Municipal /
Criado de acordo com a Lei Municipal 2603/2016 / Regulamentado pelo Decreto 452/2016



www.jaguariaiva.pr.gov.br

Jaguariaíva, 03 de outubro de 2018

07 Páginas / Ano 2 / Edição nº 123



LEIS

LEI nº. 2738/2018

EMENTA: Institui Campanha Permanente de conscientização de condutores de veículos, institui regras de estacionamento privativo para Portadores de Deficiência Física e para Idosos, no âmbito do Município de Jaguariá-PR, e dá outras providências.

AUTORIA: Vereador Mauro Celso da Silva.

A Câmara Municipal de Jaguariá Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Jaguariá, Estado do Paraná, a Campanha Permanente de conscientização dos condutores de veículos às vagas de estacionamento privativo para Portadores de Deficiência Física e para Idosos.

Art. 2º O Poder Executivo promoverá eventos, atividades e divulgação da campanha permanente de conscientização dos condutores de veículos às vagas de estacionamento privativo para Portadores de Deficiência Física e para Idosos, junto à imprensa oficial e jornais locais e/ou circunvizinhos.

Art. 3º Nas principais vias públicas do Município, na parte destinada ao passeio público, deverão ser projetadas de modo a permitir o acesso, a circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência física e também para idosos, atendendo aos ditames do Plano Diretor da Cidade.

Art. 4º No Município de Jaguariá, 2% (dois por cento) das vagas de estacionamento da cidade serão reservadas para deficientes físicos, de acordo com a Lei Federal nº. 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e outros 5% (cinco por cento) para idosos, conforme prevê a Lei Federal nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso.

Parágrafo Único. As normas para a correta aplicação de vagas de estacionamento reservadas, com dimensões e sinalização adequadas seguirão as normas previstas em regulamento, obedecendo a NBR 9050, da ABNT, 2004.

Art. 5º Nas vagas de estacionamento reservadas e devidamente sinalizadas é obrigatório o uso do Cartão de Estacionamento para Pessoas com Deficiência ou Cartão Nacional de Estacionamento para Idoso, colocado sobre o painel do veículo com a frente voltada para cima.

Art. 6º Deixar o veículo em vagas de estacionamento reservadas e devidamente sinalizadas sem um documento próprio constituindo infração de trânsito de natureza gravíssima, conforme preceitos o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Art. 7º Qualquer município poderá denunciar à administração pública municipal, o uso irregular das vagas reservadas para idoso ou portador de deficiência.

Art. 8º Constatado o uso irregular das vagas reservadas, o órgão competente da administração pública municipal, poderá aplicar as seguintes penalidades, sem prejuízo da fiscalização realizada pela Polícia Militar do Estado:

I. Advertência;

II. Multa para o condutor do veículo, no valor estipulado pelo Código Nacional de Trânsito por estacionar em local proibido;

III. O dobro da multa do inciso anterior nos casos de reincidência.

Art. 9º O proprietário de estabelecimento privado que dispõe de vagas em seu estacionamento destinada a idoso e/ou portador de deficiência é o responsável por zelar pelo uso correto das vagas que foram reservadas.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 11. O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da sua vigência, e em especial, no tocante aos aspectos procedimentais e de formalização, podendo estabelecer convênios, no que couber, no interesse da Municipalidade.

Paço Municipal, 02 de outubro de 2018.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

LEI nº. 2739/2018

EMENTA: Dá denominação às "Ruas 9 e 10" não nominadas no Bairro Residencial Usina Velha, neste Município.

AUTORIA: Vereador Divaet da Silva Melo e Ademir S. B. da Silva.

A Câmara Municipal de Jaguariá Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º A "Rua 9", ainda não nominada, localizada no Bairro Residencial "Usina Velha", passará ter a denominação de RUA NATANIEL PEREIRA.

Art. 2º A "Rua 10", ainda não nominada, localizada no Bairro Residencial "Usina Velha", passará ter a denominação de RUA IRMÃ LUDVINA.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 02 de outubro de 2018.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal





LEI nº. 2740/2018

EMENTA: Regulamenta o desenvolvimento e a capacitação de Servidores Públicos Efetivos, que estejam em atividade no Poder Legislativo do Município de Jaguaraiava, Estado do Paraná, conforme específica.

AUTORIA: Mesa Executiva.

A Câmara Municipal de Jaguaraiava Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Câmara Municipal de Jaguaraiava-Paraná, aos servidores públicos ativos e titulares de cargos efetivos há pelo menos três anos, o incentivo aos estudos para promover o desenvolvimento e a capacitação dos servidores do Poder Legislativo, por meio desta Lei.

Art. 2º O servidor público terá o benefício de redução da carga horária de serviços e/ou compensação no horário de serviço, e/ou afastamento em dias que compreenderem o período laboral, para frequência em cursos de pós-graduação *stricto sensu* – mestrado ou doutorado, ou seminários de aperfeiçoamento e estudos, dentro ou fora do país.

Art. 3º O servidor terá sua ausência justificada no período de jornada de trabalho, no dia em que deixar de laborar, por motivo de aula ou pesquisa no programa de pós-graduação *stricto sensu*, sem prejuízo de sua remuneração e demais vantagens.

Parágrafo Único. Se as aulas recaírem nos finais de semana, não se concederá afastamento no período laboral durante a semana, salvo por motivos de estudos ou pesquisas que venham justificar sua ausência, mediante apresentação de relatório visado pela instituição de ensino.

Art. 4º Durante o curso de mestrado, por até dois anos, ou curso de doutorado, no período de até quatro anos, o servidor público fará jus a redução de sua carga horária de serviço, sem prejuízo de sua remuneração e as demais vantagens pecuniárias concedidas, a redução de 50% (cinquenta por cento) na jornada de trabalho semanal aos servidores que perfazem de 30 (trinta) a 40 (quarenta) horas semanais, e 40% (quarenta por cento) na jornada de trabalho semanal aos servidores que perfazem de 20 (vinte) a 30 (trinta) horas semanais.

Parágrafo Único. Se a pós-graduação *stricto sensu* mestrado ou doutorado for de modalidade on-line, seguir-se-á aos mesmos moldes estabelecidos neste *Caput*, devendo apenas ser acrescentado na justificativa elaborada pelo interessado, de documento que venha comprovar a necessidade da redução de jornada.

Art. 5º São considerados:

- curta duração os eventos que não ultrapassem 30 (trinta) dias;
- média duração os eventos que ultrapassem 30 (trinta) dias até 90 (noventa) dias;
- longa duração os eventos que ultrapassem 90 (noventa) dias.

Art. 6º Para que se possa usufruir do incentivo decorrido nesta proposição, o servidor que vier a participar de programa de pós-graduação *stricto sensu* – mestrado ou doutorado, com ou sem afastamento durante os dias de aula ou pesquisa, deverá comprovar a sua inscrição ao programa de estudo e/ou pesquisa, mediante pedido que contenha obrigatoriamente:

- o nome e local de funcionamento da instituição de ensino promotora do curso ou atividade de aperfeiçoamento profissional;
- a data de início e término do curso ou evento, o calendário acadêmico, os horários das aulas, a carga horária total e eventual previsão de férias durante o curso;
- prova da inscrição, aprovação em processo seletivo ou aceitação do requerente, a ser fornecida pela instituição promotora do curso ou evento de aperfeiçoamento profissional;
- a natureza do curso ou evento e a sua pertinência e compatibilidade com a prestação dos serviços do Poder Legislativo;
- prova de domínio da língua estrangeira em que será ministrado o curso, se no exterior;
- o compromisso de:

- Permanência no Órgão Público a que estiver vinculado, pelo menos, por prazo idêntico ao do afastamento ou período em que esteve com horário reduzido para estudos, após o retorno das atividades;
- Apresentação de certificado de participação, se o evento for de curta duração, e de conclusão, com aproveitamento, na hipótese de eventos de média e longa duração;
- Disponibilização do trabalho de conclusão do evento, permitida a publicação gratuita em revista que a instituição Municipal mantenha convênio, principalmente para esse fim, a inserção do respectivo texto no site do Poder Legislativo Municipal na rede mundial de computadores e arquivamento no acervo interno para consulta dos interessados;
- Disseminar, mediante aulas e palestras, os conhecimentos adquiridos durante o curso, quando solicitado pela Presidência ou Membros do Legislativo;
- Restituir ao Erário Público o valor correspondente ao pagamento do curso pelo Órgão Público, percebidos durante o período em que esteve cursando, na hipótese de não conclusão por fato atribuído ao próprio servidor, e, indenizar o Erário pelo descumprimento da alínea “a”, após o retorno às atividades.

Parágrafo Único. Quando se tratar de evento de curta duração, a apresentação de certificação, resumo ou relatório sobre os temas discutidos será facultativa.

Art. 7º O pedido a ser formulado por escrito e com antecedência mínima que se possa promover a adequação no setor em que estiver desempenhando suas funções deverá ser dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, que após homologação, será arquivado junto ao assentamento do servidor no Setor de Recursos Humanos do Legislativo Municipal.

Parágrafo Único. Considera-se em efetivo exercício, excluídos os que se encontram em gozo de:

- Licença para tratar de assuntos particulares por dois anos antes da nova solicitação;
- Licença para tratamento de saúde;
- Licença por motivo de doença na pessoa da família;
- Licença para repouso à gestante;
- Afastamento para exercer mandato eletivo;
- Afastamento em razão da instauração de processo disciplinar.

Art. 8º Para deferimento do pedido pleiteado observar-se-á:

- a) a conveniência e oportunidade para a Administração Pública;
- b) a Pertinência e compatibilidade do curso com a atividade laboral e ausência de prejuízo ao serviço público;

Art. 9º No período em que estiver com horário de serviço reduzido, nos termos dessa Lei, a Presidência poderá requisitar a presença do servidor no local de serviço, para atuar em situações que só o próprio servidor possa resolver.

Art. 10. A ausência de qualquer dos requisitos de habilitação, implicará o não conhecimento do pedido que se mostra na presente proposição, sem prejuízo de sua renovação com o suprimento dos dados faltantes.

Art. 11. Não será permitida a concessão do incentivo emanado por esta proposição, aos servidores que estiverem nas seguintes situações:

- não tiver adquirido a estabilidade prevista no Artigo 41 da Constituição Federal de 1988;
 - estiver respondendo a processo administrativo disciplinar, ou houver recebido punição dessa natureza nos últimos 2 (dois) anos;
- Art. 12.** Será permitido afastamento para apresentação ou defesa do trabalho de conclusão.

Art. 13. Caso haja a necessidade de custeio do curso pretendido, o servidor da Câmara poderá se utilizar da Resolução Legislativa nº 008/2008.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 02 de outubro de 2018.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

LEI nº. 2741/2018

EMENTA: Dispõe sobre a divulgação de informações para prevenção ao uso de drogas e sobre sanções administrativas aplicadas pelo Município às pessoas que forem flagradas nas praças, nos parques, nas imediações das instituições de ensino e também nos locais de concentração de crianças, adolescentes, jovens, gestantes e idosos, e demais logradouros públicos, fazendo uso de drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar e das outras providências.

AUTORIA: Vereador José Marcos Pessa Filho.
COAUTORIA: Demais Vereadores.

A Câmara Municipal de Jaguaraiava Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º É proibido o uso de drogas ilícitas, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, conforme previsto na Lei Federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, em praças, nos parques, nas imediações das instituições de ensino, e em quaisquer locais de concentração de crianças, adolescentes, jovens, gestantes e idosos, e demais logradouros públicos localizados no Município de Jaguaraiava.

Parágrafo Único. Para fins desta lei, consideram-se drogas ilícitas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados na Lei Federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União.

Art. 2º A pessoa que for flagrada em quaisquer dos locais mencionados no art. 1º, usando drogas ilícitas, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar (artigo 1º, parágrafo único da Lei nº 11.343/2006), ficará sujeita, sem prejuízo de eventuais medidas no âmbito penal, às seguintes sanções administrativas:

- Comparecer às reuniões de grupos de mútua ajuda ou a programa ou curso educativo sobre prevenção ao uso de drogas, cadastrados pelo Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas;
- Participar de eventuais programas de combate ao uso de drogas ofertado pelo Município.

§1º Se o infrator for criança ou adolescente, deverá ser observado o contido na Lei Federal nº 8.069/90;

§2º As sanções previstas neste artigo deverão observar os limites legais de atuação do Município.

Art. 3º O Município poderá fazer ampla divulgação citando esta lei nos locais elencados no art. 1º, com o intuito de informação para prevenção sobre o uso de drogas, com a colocação de placas educativas e de advertência, sobre os malefícios do uso de drogas, por intermédio de frases simples, objetivas e de fácil compreensão pelo público em geral, a serem definidas em regulamentação, todas precedidas da afirmação “O Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas adverte”.

Art. 4º Esta Lei será regulamentada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de sua regulamentação.

Paço Municipal, 02 de outubro de 2018.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

LEI nº. 2742/2018

EMENTA: Estabelece normas para licenciamento e funcionamento de feiras no município de Jaguaraiava e das outras providências.

AUTORIA: Vereador Divail da Silva Melo.
COAUTORIA: Demais Vereadores.

A Câmara Municipal de Jaguaraiava Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º São consideradas Feiras, para os efeitos desta Lei, os eventos que tenham os seguintes objetivos:

- a comercialização de produtos destinados ao consumo - Feiras Itinerantes;
- a exibição de amostras de produtos, vedando-se, portanto, a comercialização - feiras de amostras;
- intercâmbio técnico-científico entre órgãos públicos e/ou empresas privadas - feiras de negócios-técnico-científicas;
- a exposição e comercialização de produtos artesanais produzidos no Município de Jaguaraiava - feiras de trabalhos artesanais.

Art. 2º O prazo de duração das Feiras fica limitado ao máximo de sete (7) dias corridos e improrrogáveis.

Parágrafo Único. Excetua-se da proibição contida neste artigo, a realização de Feiras promovidas pelo Município, entidades educacionais de ensino regular, clubes de serviços e associações de classe sem fins lucrativos estabelecidas legalmente no Município de Jaguaraiava e Feiras constantes no calendário de eventos do Município.

Art. 3º Fica assegurada à preferência de 50% (cinquenta por cento) do espaço físico da Feira para as empresas locais, devendo o oferecimento e aceitação ou renúncia das entidades de classe, ser juntados concomitantemente à documentação da Feira.

Art. 4º Deverão os expositores cumprir as seguintes exigências, que acompanharão o requerimento de licença para a concessão do respectivo Alvará como forma de instalá-lo:

- projeto de ocupação e distribuição dos espaços para os expositores e para os Órgãos das Administrações Federais do Estado e do Município e para os Órgãos de Defesa do Consumidor, de Segurança Pública, bem como para o Ministério do Trabalho;
- habilitação e laudo de inspeção prévia das instalações da edificação, assinado por responsável técnico devidamente habilitado e em dia com os tributos municipais, de acordo com o que preveem a Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e a Lei Federal nº 6.519 de 22/12/77;
- projeto de segurança contra incêndio devidamente aprovado pelo Órgão Competente;
- comprovação de contratação de Seguro contra incêndio destinado:
 - a) à cobertura de sinistros contra edificações e instalações em todo espaço

ocupado pela Feira;

b) à cobertura de danos pessoais que atinjam visitantes, frequentadores, clientes da Feira, bem como servidores públicos e trabalhadores em serviço;

V. cópia com atestado de prazo de validade, do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Organizador da Feira e dos Expositores, bem como as suas inscrições na Fazenda Estadual;

VI. cópia do contrato social do Organizador da Feira, bem como dos Expositores, devidamente registrados no Órgão próprio;

VII. certidão de regularidade fiscal Municipal, Estadual e Federal do Organizador da Feira e de cada Expositor;

VIII. pedido de licença junto ao setor de Vigilância Sanitária, com parecer favorável em caso de utilização de fonte sonora;

IX. apresentação de guias quitadas da contribuição patrimonial ao sindicato da categoria de cada expositor, conforme o que determina a Consolidação das Leis Trabalhistas e demais regulamentações infraconstitucionais que abordam o mesmo tema; e,

X. parecer favorável da Secretaria de Infraestrutura e Habitação do Município de Jaguaraiava atestando que o evento não vai dificultar o trânsito normal de veículos no local.

§ 1º A inspeção prévia das instalações, de acordo com o que estabelece o “caput” deste artigo, deve ser renovada sempre que ocorrerem modificações substanciais nas instalações da edificação.

§ 2º As cópias dos documentos exigidos devem estar autenticadas por órgão oficial ou por funcionário do Município de Jaguaraiava, mediante apresentação da via original da mesma, e se emitidas via internet, deve constar endereço onde pode ser verificada sua autenticidade.

Art. 5º Todos os documentos exigidos na presente Lei devem ser apresentados no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis antes da data da abertura do evento, sob pena de não ser deferida a autorização para a realização do mesmo.

Art. 6º O descumprimento do disposto nesta Lei importará no imediato fechamento do local onde se encontrar instalado o evento, além da sujeição da empresa organizadora às seguintes penalidades:

- multa de valor equivalente a 100% (cem por cento) da taxa de licença devida;
- suspensão da concessão de novas licenças para eventos de qualquer natureza, pelo prazo de três (3) anos.

§ 1º A regularização do evento no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação do ato de multa, prevista no inciso I deste artigo, com o seu imediato pagamento, autorizará a reabertura do evento e o cancelamento da penalidade prevista no inciso II.

§ 2º Aplica-se, no que couber, ao procedimento previsto neste artigo, as disposições da Legislação Tributária Municipal.

Art. 7º A base de cálculo para a cobrança da Taxa de Licença de funcionamento de Feiras Itinerantes no Município de Jaguaraiava, encontra-se fundamentada no Código Tributário do Município.

§ 1º A taxa de que trata este artigo considera o caráter eventual do evento, bem como o custo da atividade municipal de fiscalização, considerando-se, para apuração do seu valor o tempo de sua permanência no Município e será cobrada conforme o que dispõe lei específica, na parte que trata sobre feiras itinerantes ou similares.

§ 2º Os valores fixados neste artigo serão atualizados, observados os mesmos índices e periodicidades aplicáveis aos demais créditos da Fazenda Municipal.

§ 3º Sujeito passivo da taxa de que trata este artigo é a empresa organizadora do evento.

§ 4º O recolhimento da taxa a que se refere este artigo deverá ser apresentado junto ao setor de ISS, na Secretaria Municipal da Fazenda, no prazo de 02 (dois) dias antes do início do evento, sob pena de não ser deferida a licença, o que inviabilizará a sua abertura.

§ 5º Estão Isentas da Taxa estabelecida no caput, as empresas estabelecidas legalmente no Município de Jaguaraiava.

Art. 8º O requerimento de licença deverá ser apresentado ao Órgão Competente da Administração Pública do Município, trinta (30) dias antes da data prevista para o início da realização das feiras de que trata esta Lei.

Parágrafo Único. Todos os documentos exigidos na presente Lei devem ser apresentados no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis antes da data da abertura do evento, sob pena de indeferimento da licença para a realização do evento.

Art. 9º Os expositores deverão manter a disposição da Fiscalização do Município, durante todo o período de realização da Feira, os documentos a que se referem os incisos V, VI e VII, do art. 4º desta Lei, bem como as notas fiscais dos produtos expostos.

Art. 10. O Poder Executivo, na ausência isolada ou em conjunto dos documentos a que se refere o art. 4º desta Lei, deixará de outorgar a licença para a realização da feira, ou ainda, quando sua realização, a seu critério, venha ferir os interesses do Município.

Art. 11. Ficam mantidos os termos e as condições relativas às licenças outorgadas antes da vigência desta lei, bem como aquelas impostas pela legislação pertinente.

Art. 12. Em se tratando de Feira Itinerante de Produtos Alimentícios e Perecíveis, ou sujeitos a prazos de validade para consumo, deverão as Autoridades Sanitárias do Município exercer constante e rigorosa vigilância sobre as origens e validade dos referidos produtos fazendo, inclusive, a exigência do Alvará de Funcionamento.

Art. 13. Nos contratos que envolvam relações jurídicas de consumo, deverá constar, sempre, o “Foro” de domicílio do consumidor, para dirimir os conflitos decorrentes da execução do respectivo contrato, em consonância com o que preceitua o Código de Defesa do Consumidor.

Art. 14. Os expositores não poderão, em hipótese alguma, permitir a comercialização dos seus produtos fora do recinto da Feira, principalmente, nas vias públicas, utilizando vendedores ambulantes.

Art. 15. Fica proibida a instalação de Feiras Itinerantes em prédios ou locais pertencentes ao Município, ou sob a sua administração, inclusive praças, ruas e calçadas.

Parágrafo Único. Excetua-se da proibição contida neste Artigo e demais exigências constantes da presente Lei, a realização de Feiras promovidas pelo Município, entidades educacionais de ensino regular, clubes de serviços e associações de classe sem fins lucrativos, estabelecidas legalmente no Município de Jaguaraiava, bem como, Feiras constantes no calendário de eventos do Município.

Art. 16. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 02 de outubro de 2018.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal



DECRETOS

DECRETO nº. 341/2018

O Prefeito Municipal de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor JOSÉ SLOBODA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, II da Constituição Federal e 67, X, XI, XXVI da Lei Orgânica Municipal, e com base no Protocolo Geral sob nº. 12266/2018,

DECRETA

Artigo 1º. NOMEIA a COMISSÃO DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR – CCIH.

Artigo 2º. Fica a composição da CCIH assim estabelecida:



EXPEDIENTE



Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaguaraiava

Artigo 37 da Constituição Federal / Artigo 153 da Lei Orgânica do Município de Jaguaraiava/PR- Criado de acordo com a Lei Municipal 2603/2016/ Regulamentado pelo Decreto 452/2016.

Cintia Kapke Medeiros - MTB, nº 3621 - PR
Jornalista Responsável

Secretaria Municipal de Comunicação Social
Rua Leônidas Ferreira de Barros, s/nº - Cidade Alta
Fone: (43) 3535-5638

E-mail: comunicacao@jaguaraiava.pr.gov.br



• Como Presidente, Membro Executor e Membro Representante de nível superior, do Serviço de Enfermagem, a senhora:

- LIDIANE MARIA DA SILVA, brasileira, solteira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Enfermeira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.XXX.914-8 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.288-14.

• Como Vice-Presidente, Membro Executor e Membro Representante de nível superior, do Serviço de Centro Cirúrgico e Central de Materiais, a senhora:

- MARIANA DA LUZ CARNEIRO, brasileira, solteira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Enfermeira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.XXX.269-0 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.669-29.

• Como Secretário, Membro Executor e Membro Representante de nível médio do Setor Administrativo e Recepção, o senhor:

- EUGENIO MICHALOWSKI NETO, brasileiro, casado, servidor público municipal com cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.XXX.752-3 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.289-16.

• Como Membro Representante de nível superior, do Serviço de Gerência em Enfermagem, a senhora:

- BRUNA MOURA JORGE ULRICH, brasileira, solteira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Enfermeira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.XXX.186-6 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.699-59.

• Como Membro Representante de nível superior do Serviço de Farmácia da Agência Transfusional, a senhora:

- LORENA PÂMELA CARDOZO RODRIGUES, brasileira, casada, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Farmacêutico Bioquímico, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.XXX.984-4 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.889-99.

• Como Membro Representante de nível superior do Serviço de Farmácia Hospitalar, a senhora:

- DANIELLE ARAUJO TESSARINI, brasileira, divorciada, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Farmacêutico Bioquímico, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.XXX.429-7 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.639-54.

• Como Membro Representante de nível superior do Serviço de Nutrição, a senhora:

- SÔNIA LUCIA FERREIRA DE MELLO, brasileira, casada, Nutricionista, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.XXX.622-0 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.968-97.

• Como Membro Representante de nível superior dos Serviços Médicos, o senhor:

- ALEXANDER PINHEIRO PIÉROLA, brasileiro, solteiro, Médico, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.343 SESP/BA e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.602-97.

• Como Membro Representante de nível médio da Divisão de Serviços Gerais, a senhora:

- ISABEL DE FATIMA PIMENTEL DE OLIVEIRA, brasileira, casada, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Motorista “B” e responsável pelo Almozarifado e Coordenação dos auxiliares de serviços gerais do Hospital Carolina Lupton – HCL, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.XXX.124-0 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.769-34.

• Como Membro Representante de nível Superior do Serviço de Enfermagem e Presidente da CIPA, a senhora:

- RAQUEL MAGANHATTI, brasileira, casada, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Enfermeira Obstetra, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.XXX.847-2 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.899-15.

• Como Membro Representante de nível médio do Almozarifado, o senhor:

- EZEQUIEL DO SANTOS COELHO, brasileiro, casado, servidor público municipal com cargo em provimento comissionado de Chefe de Divisão de Auditoria e Ouvidoria, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.XXX.977-2 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.559-05.

• Como Membro Representante de nível superior dos Serviços de Direção Administrativa, o senhor:

- ANTONIO CARLOS SAMPAIO, brasileiro, casado, servidor público municipal com cargo em provimento comissionado de Superintendente do HCL, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.XXX.512-4 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.819-15.

Artigo 3º. Os serviços prestados em decorrência deste Decreto, serão sem ônus para o Município, sendo considerados de caráter relevante e de interesse público (artigo 4º da Lei Municipal nº. 2155/2010).

Artigo 4º. Fica revogado o Decreto nº. 033/2018, datado de 29 de janeiro de 2018.

Artigo 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º. Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 28 de setembro de 2018.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

AMÁLIA CRISTINA ALVES
Secretaria Municipal de Saúde

DECRETO n.º 342/2018

O Prefeito Municipal de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal e 67, inciso X, XI e XXVI da Lei Orgânica Municipal, e com base no Protocolo Geral sob nº. 12266/2018,

DECRETA

Artigo 1º. NOMEIA o NÚCLEO DE SEGURANÇA DO PACIENTE - NSP.

Artigo 2º. Fica a composição do Núcleo de Segurança do Paciente assim composta:

• Como Presidente, Membro Executor e Membro Representante de nível superior, do Serviço de Enfermagem, a senhora:

- LIDIANE MARIA DA SILVA, brasileira, solteira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Enfermeira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.XXX.914-8 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.288-14.

• Como Vice-Presidente, Membro Executor e Membro Representante de nível superior, do Serviço de Centro Cirúrgico e Central de Materiais, a senhora:

- MARIANA DA LUZ CARNEIRO, brasileira, solteira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Enfermeira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.XXX.269-0 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.669-29.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <https://seweb.procergs.com.br/verificadordweb/>

• Como Secretário, Membro Executor e Membro Representante de nível médio do Setor Administrativo e Recepção, o senhor:

- EUGÊNIO MICHALOWSKI NETO, brasileiro, casado, servidor público municipal com cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.XXX.752-3 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.289-16.

• Como Membro Representante de nível superior, do Serviço de Gerência em Enfermagem, a senhora:

- BRUNA MOURA JORGE ULRICH, brasileira, solteira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Enfermeira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.XXX.186-6 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.699-59.

• Como Membro Representante de nível superior do Serviço de Farmácia da Agência Transfusional, a senhora:

- LORENA PÂMELA CARDOZO RODRIGUES, brasileira, casada, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Farmacêutico Bioquímico, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.XXX.984-4 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.889-99.

• Como Membro Representante de nível superior do Serviço de Farmácia Hospitalar, a senhora:

- DANIELLE ARAUJO TESSARINI, brasileira, divorciada, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Farmacêutico Bioquímico, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.XXX.429-7 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.639-54.

• Como Membro Representante de nível superior, do Serviço de Enfermagem Obstétrica, a senhora:

- RAQUEL MAGANHATTI, brasileira, casada, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Enfermeira Obstetra, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.XXX.847-2 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.899-15.

• Como Representante de nível superior, do Serviço de Enfermagem, a senhora:

- ELIANE ROLDÃO DA SILVA FERREIRA, brasileira, casada, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Enfermeira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.XXX.175-0 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.509-97.

• Como Membro Representante de nível superior do Serviço de Enfermagem, a senhora:

- MARIA AUGUSTA RODRIGUES SILVEIRA, brasileira, casada, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Enfermeira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.XXX.119-9 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.079-24.

• Como Representante de Nível Superior, do Serviço Assistência Social, a senhora:

- ROSILDA DA SILVA OLIVEIRA SANTOS, brasileira, casada, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Enfermeira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.XXX.299-0 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.159-72.

• Como Membro Representante de nível superior, do Serviço de Direção Administrativa, o senhor:

- ANTONIO CARLOS SAMPAIO, brasileiro, casado, servidor público municipal com cargo em provimento comissionado de Superintendente do HCL, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.XXX.512-4 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.819-15.

• Como Membro Representante de nível médio, do Setor de Radiologia, o senhor:

- DAVEY TABISZ RIBEIRO DA SILVA, brasileiro, solteiro, servidor público municipal com cargo em provimento efetivo de Técnico de Radiologia, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XX.XXX.742-7 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.059-00.

Artigo 3º. Os serviços prestados em decorrência deste Decreto, serão sem ônus para o Município, sendo considerados de caráter relevante e de interesse público (artigo 4º da Lei Municipal nº. 2155/2010).

Artigo 4º. Fica revogado o Decreto nº. 701/2017, datado de 29 de agosto de 2017.

Artigo 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º. Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 28 de setembro de 2018.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

AMÁLIA CRISTINA ALVES
Secretaria Municipal de Saúde

DECRETO n.º 343/2018

O Prefeito Municipal de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 67, incisos IX, X e XI da Lei Orgânica do Município, Lei Federal nº. 11.947/2011, Resolução CD/FNDE nº. 38 de 06/07/2009 e Artigo 34 da Resolução CD/FNDE nº. 26 de 17/06/2013, Lei Municipal nº. 2147/2010, e ainda com base no Protocolo Geral sob nº. 12001/2018,

DECRETA

Artigo 1º. EXONERA do Conselho Municipal de Alimentação Escolar – C.A.E, instituído por meio do Decreto nº. 524/2017, datado de 30 de maio de 2017, a senhora:

- ANDRÉIA MIRANDA FACHOLA, brasileira, viúva, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Educadora Infantil, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XX.XXX.765 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.209-27.

Art. 2º. NOMEIA para integrar o Conselho Municipal de Alimentação Escolar – C.A.E, no lugar do membro exonerado, o senhor:

- PEDRO PAULO DELGADO CHAMMA, brasileiro, casado, Veterinário, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XX.XXX.204-2 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.819-40.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Art. 4º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 01 de outubro de 2018.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

ALICIONE LEMOS
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

DECRETO n.º. 344/2018

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXVI da Lei Orgânica do Município e art. 85, §§1º e 2º, I, da Lei Municipal nº. 2155/2010,

RESOLVE

Artigo 1º. **CONCEDER**, a pedido, Licença Remunerada, pelo período de 07 (sete) dias, com base na solicitação sob Protocolo Geral nº. 11638/2018, à senhora **DINA DE LOURDES DE SOUZA BRANDT**, servidora com cargo em provimento efetivo de **Cozinheira/Merendeira**, matriculada sob nº. 3.387, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.XXX.482-1 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.479-15.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data, produzindo efeitos retroativos à data de 17 de setembro de 2018.

Artigo 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 01 de outubro de 2018.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

CLÉIA APARECIDA VALEGA SLOBODA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

DECRETO n.º. 345/2018

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXVI da Lei Orgânica do Município e art. 85, §§1º e 2º, I, da Lei Municipal nº. 2155/2010,

RESOLVE

Artigo 1º. **CONCEDER**, a pedido, Licença Remunerada, pelo período de 03 (três) dias, com base na solicitação sob Protocolo Geral nº. 11752/2018, à senhora **MARLI DE OLIVEIRA BUNIONSKI**, servidora com cargo em provimento efetivo de **Técnico em Enfermagem**, matriculada sob nº. 3.332, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.XXX.750-0 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.329-21.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data, produzindo efeitos retroativos à data de 17 de setembro de 2018.

Artigo 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 01 de outubro de 2018.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

AMÁLIA CRISTINA ALVES
Secretária Municipal de Saúde

DECRETO n.º. 346/2018

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXVI da Lei Orgânica do Município e art. 85, §§1º e 2º, I, da Lei Municipal nº. 2155/2010,

RESOLVE

Artigo 1º. **CONCEDER**, a pedido, LICENÇA SEM VENCIMENTO, pelo período de 02 (dois) anos, com base na solicitação sob Protocolo Geral nº. 11827/2018, à senhora **PATRICIA ALVES DE SOUZA**, servidora com cargo em provimento efetivo de **Cozinheira/Merendeira**, matriculada sob nº. 4.989, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.XXX.644-7 SESP/PR, e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.079-02.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data, produzindo efeitos retroativos à data de 26 de setembro de 2018.

Artigo 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 01 de outubro de 2018.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

PEDRO LEOCÁDIO DELGADO
Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo

DECRETO n.º. 347/2018

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXVI da Lei Orgânica do Município e art. 85, §§1º e 2º, I, da Lei Municipal nº. 2155/2010,

RESOLVE

Artigo 1º. **CONCEDER**, a pedido, Licença Remunerada, pelo período de 05 (cinco) dias, com base na solicitação sob Protocolo Geral nº. 11904/2018, à senhora **ROSIELI MARTINS FERMINO**, servidora com cargo em provimento efetivo de **Cozinheira/Merendeira**, matriculada sob nº. 3.600, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.XXX.437-5 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.589-37.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data, produzindo efeitos retroativos à data de 17 de setembro de 2018.

Artigo 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 01 de outubro de 2018.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

ALCIONE LEMOS
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

DECRETO n.º. 348/2018

SÚMULA: Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de **R\$ 527.000,00** (quinhentos e vinte e sete mil reais).

O Prefeito de Jaguariáiva, Estado do Paraná, **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal n.º. 4.320/64 e Lei Municipal n.º. 2698 de 22 dezembro de 2017,

DECRETA

Artigo 1º. Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Jaguariáiva, no Corrente Exercício Financeiro, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de **R\$ 527.000,00** (quinhentos e vinte e sete mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

06 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - SARH
06.01 GESTÃO ADMINISTRATIVA
04.122.0003.2.010 Manutenção dos Serviços Administrativos da SARH
3.3.90.36.00.00.00.00 (1000) Outros Serviços Pessoa Jurídica 172.000,00
Total suplementado: 172.000,00

08 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO - SMIH
08.02 DEPARTAMENTO DE PROJETOS EXECUÇÃO DE OBRA
15.451.0010.2.26 Conservação e Manutenção de Vias Públicas
3.3.90.39.00.00.00.00 (1511) Serviços Terceiros Pessoa Jurídica 115.000,00
26.782.0012.2.028 Conservação e Manutenção da Frota Municipal
3.3.90.30.00.00.00.00 (1504) Material de Consumo 16.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00 (3504) Material de Consumo 49.000,00
Total Suplementado: 180.000,00

11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0018.2.068 Manutenção das Unidades de Saúde
282 - 3.3.90.30.00.00.00.00 (1495) Material de Consumo 150.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00 (1501) Equipamento e material permanente 25.000,00
Total suplementado: 175.000,00

Artigo 2º. Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior será utilizado recursos:

I - Oriundos do provável excesso de arrecadação da seguinte fonte:		
Fonte	Descrição	Valor
1501	Receitas de Alienações de Ativos	25.000,00
1504	Outros Royalties e Comp. Financ. não Patrimoniais	16.000,00
1495	Atenção Básica Arrecadação na Administração	150.000,00
1511	Taxas - Prestação de Serviços - Arrecadação na Adm.	115.000,00

II - Oriundos do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2017:

Fonte	Descrição	Valor
3504	Outros Royalties e Comp. Financ. não Patrimoniais	49.000,00

III - Oriundos do cancelamento das seguintes dotações:

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE - SAMAE
09.02 DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA
04.604.0013.2.033 Manutenção da Clínica Veterinária Municipal
137 3.3.90.39.00.00.00.00 (1000) Serviços Terceiros Pessoa Jurídica 25.000,00
18.541.00013.2.030 Manutenção da Usina de Reciclagem
252 4.4.90.51.00.00.00.00 (1000) Obras e Instalações 75.000,00
18.542.0013.2.031 Manutenção das Ações Coletivas do Lixo
145 4.4.90.52.00.00.00.00 (1000) Equipamento e Material Permanente 72.000,00

Artigo 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal n.º. 2660, de 28 de julho de 2017 (PPA 2018-2021).

Artigo 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal de Diretrizes Orçamentárias.

Artigo 5º. Este Decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 6º. Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 02 de outubro de 2018.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

NARA GISELLE BUENO
Secretária Municipal de Planejamento

DECRETO n.º. 349/2018

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição ao servidor **OLI LABRES DE OLIVEIRA**.

O PREFEITO DE JAGUARIAÍVA, no uso de suas atribuições legais nos termos do disposto no artigo 67, X e XI da Lei Orgânica Municipal, bem como com fulcro no artigo 6º, da Emenda Constitucional n.º. 41/2003, e tendo em vista o que consta no processo administrativo autuado sob n.º 11279/2018,

DECRETA

Artigo 1º. Fica concedido o benefício previdenciário de **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, com fulcro no artigo 6º da Emenda Constitucional n.º. 41/2003, ao servidor **OLI LABRES DE OLIVEIRA**, portador da Cédula de Identidade RG: n.º. XXXX-310-8 SESP/PR e CPF/MF n.º. XXX-XXX-219-04, no cargo de Fiscal de Tributos, sob a matrícula n.º. 49.

Parágrafo Único. Os proventos, serão integrais, no valor de **R\$ 2.478,44** (dois mil, quatrocentos e setenta e oito reais e quatro centavos) por mês, totalizando **R\$ 29.741,28** (vinte e nove mil, setecentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos) anuais, assegurando-se a revisão para preservar seu valor real, na mesma proporção e na mesma data, que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Artigo 2º. As despesas decorrentes da execução do presente correrão por conta das verbas do Instituto de Previdência e Seguridade Social dos Servidores Públicos do Município de Jaguariáiva - IPASPMJ.

Artigo 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 4º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 02 de outubro de 2018.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

TANIA MARISTELA MUNHOZ
Procuradora Geral do Município

VALDEMIR FERREIRA
Presidente do IPASPMJ

DECRETO n.º. 350/2018

Súmula: Dispõe sobre a Prorrogação de Sindicância para averiguação dos fatos constantes no Protocolo Geral sob n.º. 05616/2018 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 67, incisos X e XXV da Lei Orgânica, c/c art. 148 e 154 da Lei n.º. 2155/2010 e de acordo com o Decreto n.º. 005/2018, que constituiu a C.A.D.P. - Comissão Administrativa Disciplinar Permanente,

DECRETA

Art. 1º. Fica prorrogada a Sindicância para apuração dos fatos e responsabilidades descritos no Protocolo Geral sob n.º. 05616/2018, que informa sobre o furto de combustível do trator do aterro sanitário desta municipalidade na data de 03/05/2018.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 02 de outubro de 2018.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

TANIA MARISTELA MUNHOZ
Procuradora Geral do Município

DECRETO n.º. 351/2018

Súmula: Dispõe sobre a prorrogação de Sindicância para averiguação dos fatos constantes no Protocolo Geral sob n.º. 05629/2018 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 67, incisos X e XXV da Lei Orgânica, c/c art. 148 e 154 da Lei n.º. 2155/2010 e de acordo com o Decreto n.º. 005/2018, que constituiu a C.A.D.P. - Comissão Administrativa Disciplinar Permanente,

DECRETA

Art. 1º. Fica prorrogada a Sindicância para apuração dos fatos e responsabilidades descritos no Protocolo Geral sob n.º. 05629/2018, que informa sobre a danificação no Relógio Ponto Digital da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente - SAMA na data de 26/04/2018.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 02 de outubro de 2018.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito

HISSASHI UMEZU
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças

TANIA MARISTELA MUNHOZ
Procuradora Geral do Município



SARH

CONCURSO 001/2018

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 Edital Nº 07/2018

Em cumprimento às determinações do Senhor **JOSÉ SLOBODA** – Prefeito do Município de Jaguariáiva – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, a Comissão Especial de Concurso nomeada pelo Decreto Nº 196/2018, resolve, após análise dos recursos interpostos perante o Edital nº 06/2018, TORNAR PÚBLICO a homologação das inscrições abaixo relacionadas:

ADVOGADO		
INSC.	NOME	DT. NASC.
681193	CESAR LIMA DE PAULA	08/07/1983

OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS		
INSC.	NOME	DT. NASC.
679945	JOSLEI RODRIGUES BARBOSA	13/02/1987

EDUCADOR INFANTIL		
INSC.	NOME	DT. NASC.
677970	ELAINE APARECIDA DE JESUS DE SOUZA	13/03/1982

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Jaguariáiva, Estado do Paraná, em 02 de Outubro de 2018.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal de Jaguariáiva - PR

HISSASHI UMEZU
Presidente da Comissão Organizadora de Concursos
Município de Jaguariáiva - PR



SAMAE

PORTARIA Nº 021/2018

O Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguariáiva – PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o Decreto nº 539/2017, em conformidade com o Edital de Homologação do Concurso nº 001/2018 e diante da necessidade administrativa desta Autarquia Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - NOMEAR, a partir do dia 01 de outubro do corrente ano, diante aprovação em Concurso Público, classificado em 2º lugar, o senhor **JULIO CESAR DA SILVA**, portador da Cédula de Identidade nº 8.160.723-0, SESP-PR, CPF nº 036.547.228-89 para exercer o cargo em provimento efetivo de **PEDREIRO**, do Grupo Operacional do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguariáiva – Paraná.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01 de outubro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Jaguariaíva, 01 de outubro de 2018.

REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM
Presidente do SAMAE



PORTARIA Nº 022/2018

O Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguariá - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o Decreto nº 539/2017 e a Lei nº 2155/2010 e ainda diante da necessidade administrativa desta Autarquia Municipal:

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER Adicional de Insalubridade no percentual de 40% (quarenta por cento) do salário mínimo nacional ao servidor com cargo em provimento efetivo, abaixo denominado:

Matrícula	Servidor	Cargo
175	JULIO CESAR DA SILVA	PEDREIRO

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a partir de 01 de outubro de 2018.

Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Jaguariá, 01 de outubro de 2018.

REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM
Presidente do SAMAE

TERMO DE POSSE

Ao 1 dia do mês de outubro de 2018, na sala do Presidente do SAMAE, compareceu o Sr. **JULIO CESAR DA SILVA**, a fim de tomar posse no cargo de **PEDREIRO** nomeado pela Portaria nº. 021/2018 de 01 de outubro de 2018. Nesta oportunidade foi lida dada posse pelo Presidente do SAMAE, comprometendo-se o empossado, a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez, obedecendo ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e o que determina a descrição dos cargos constantes do Plano de Cargos e Carreiras do SAMAE de Jaguariá - Pr.

Nada havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai devidamente assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Jaguariá, 01 de outubro de 2018.

JULIO CESAR DA SILVA
PEDREIRO

REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM
PRESIDENTE DO SAMAE

TESTEMUNHAS:

Jeferson Jayme

Antonia



CONSELHOS



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
JAGUARIÁ - PR.
Praça Isabel Branco e Silva, s/n - Fone: (43) 3535-5812
Cmasjaguariata@hotmail.com

Resolução 08/2018

Súmula: Aprovar a Prestação de Contas do Piso Paranaense de Assistência Social - PPAS IV - ACOILHIMENTO INSTITUCIONAL.

O Conselho Municipal de Assistência- CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1297 de 06/11/95.

Considerando a deliberação extraordinária realizada em 01/10/2018.

Resolve

Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas do uso dos recursos do Piso Paranaense de Assistência Social - PPAS IV - Acolhimento Institucional, no período do uso do recurso executado no 1º semestre de 2018.

Art. 2º Aprova a justificativa da SEDES apresentado de saldo superior a 30% pela morosidade do processo licitatório.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Sala de sessões, 1 de outubro de 2018.

Talita Marques de Almeida
Presidente do CMAS.



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
JAGUARIÁ - PR.
Praça Isabel Branco e Silva, s/n - Fone: (43) 3535-5812
Cmasjaguariata@hotmail.com

Resolução 09/2018

Súmula: Aprovar a Prestação de Contas da Deliberação 066/2017 - INCENTIVO ESPONTÂNEO FAMÍLIA PARANAENSE.

O Conselho Municipal de Assistência- CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1297 de 06/11/95.

Considerando a deliberação extraordinária realizada em 01/10/2018, através da ata de número 254.

Resolve

Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas em relação ao recurso da Deliberação 066/2017 - Incentivo Espontâneo Família Paranaense, no período do primeiro pagamento até 30 junho de 2018.

Art. 2º Aprova a justificativa da SEDES apresentado de saldo superior a 50% pela questão orçamentária e morosidade do processo licitatório.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Sala de sessões, 1 de outubro de 2018.

Talita Marques de Almeida
Presidente do CMAS.



CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Modalidade: Processo dispensa Nº 12/2018
Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÁ/PR
Contratado: SCHERMAK COMÉRCIO DE MÁQUINAS COPIADORAS E IMPRESSORAS LTDA - ME - Rua Fagundes Varella, 1560 - CEP: 82020-010, CNPJ nº 05.091.450/0001-50
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE 15 IMPRESSORAS MONOCROMÁTICAS MULTIFUNCIONAL COM FRANQUIA MENSAL DE 1200 COPIAS/MÊS POR IMPRESSORA E 01 IMPRESSORA COLORIDA LASER COM FRANQUIA MENSAL DE 60 COPIAS/MÊS, PELO PERÍODO DE 12 MESES.
Valor Mensal: R\$ 1.466,25 (Mil Quatrocentos e Sessenta e Seis Reais e Vinte e Cinco Centavos)
Valor Global: R\$ 17.595,00 (Dezessete Mil, Quinhentos e Noventa e Cinco Reais)

Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
11	01.001.01.031.0001.201	1	3.3.90.39.12.00	Do Exercício

Jaguariá, em 01/10/2018.

Vereador JOSÉ MARCOS PESSA FILHO
Presidente da Câmara Municipal de Jaguariá

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO

Fundamentado no art. 24, inciso II, da Lei de Licitações, RATIFICO o Processo de Dispensa de Licitação nº 12/2018 para a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE 15 IMPRESSORAS MONOCROMÁTICAS MULTIFUNCIONAL COM FRANQUIA MENSAL DE 1200 COPIAS/MÊS POR IMPRESSORA E 01 IMPRESSORA COLORIDA LASER COM FRANQUIA MENSAL DE 60 COPIAS/MÊS, PELO PERÍODO DE 12 MESES.
Empresa: SCHERMAK COMÉRCIO DE MÁQUINAS COPIADORAS E IMPRESSORAS LTDA - ME - CNPJ 05.091.450/0001-50
Rua Fagundes Varella, Ponta Grossa-PR - CEP 82020-010
Valor Global: R\$ 17.595,00 (Dezessete Mil, Quinhentos e Noventa e Cinco Reais)

Exercício	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2018	11	01.001.01.031.0001.201	1	3.3.90.39.12.00	Do Exercício

Data: 28/09/2018

Vereador JOSÉ MARCOS PESSA FILHO
Presidente da Câmara Municipal de Jaguariá



Câmara Municipal de Jaguariá - 2018
Relatório de empenhos por fornecedor
Período: 01/09/2018 até 30/09/2018

Numero	Tipo	Conta	Fonte	Unidade	Projeto/Atividade	Data	Natureza	Valor empenho	Página:1
962-2	CLAYTON ROBERTO FERNANDES PASSOS							161,27	
7742018	O	7	0001	01.001	01.031.0001.2001	17/09/2018	3.3.90.14.14.01	SERVIDORES EFETIVOS	161,27
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 02 (DUAS) DIÁRIAS AO SENHOR CLAYTON ROBERTO FERNANDES PASSOS OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA-PR, COM UTILIZAÇÃO DE FROTA MUNICIPAL, A SERVIÇO DO VEREADOR JOSE MARCOS PESSA FILHO, COM SAÍDA NO DIA 18/09/2018 E RETORNO NO MESMO DIA.									
227-1	ELIZANDRO RODRIGUES DE MELO							598,34	
8502018	O	7	0001	01.001	01.031.0001.2001	25/09/2018	3.3.90.14.14.01	SERVIDORES EFETIVOS	598,34
ATO DE CONCESSÃO DE 02 (DUAS) DIÁRIAS AO SENHOR ELIZANDRO RODRIGUES DE MELO OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE CONTADOR PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA - PR PARA PARTICIPAR DO CURSO DE SISTEMA OPERACIONAL FREEMBS, COM UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO PRÓPRIO, COM SAÍDA NO DIA 04/10/2018 E RETORNO NO DIA 05/10/2018.									
865-2	FABRÍCIO ZIEMER DA CRUZ							469,17	
81202018	O	7	0001	01.001	01.031.0001.2001	26/09/2018	3.3.90.14.14.01	SERVIDORES EFETIVOS	469,17
ATO DE CONCESSÃO DE 01 (UMA) DIÁRIA AO SENHOR FABRÍCIO ZIEMER DA CRUZ OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE OFICIAL DE CONTROLE INTERNO, PARA VIAGEM A CIDADE DE PONTA GROSSA-PR, PARA PARTICIPAR DO CURSO TERMO DE REFERÊNCIA E PROJETO BÁSICO, COM UTILIZAÇÃO DA FROTA DO MUNICÍPIO, COM SAÍDA NO DIA 26/09/2018 E RETORNO NO DIA 27/09/2018.									
504-5	JOSIETE DE MORAES DA SILVA							362,54	
81202018	O	7	0001	01.001	01.031.0001.2001	26/09/2018	3.3.90.14.14.01	SERVIDORES EFETIVOS	362,54
ATO DE CONCESSÃO DE 01 (UMA) DIÁRIA A SENHORA JOSIETE DE MORAES DA SILVA OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE TÉCNICO CONTÁBIL, PARA VIAGEM A CIDADE DE PONTA GROSSA-PR, PARA PARTICIPAR DO CURSO TERMO DE REFERÊNCIA E PROJETO BÁSICO, COM UTILIZAÇÃO DA FROTA DO MUNICÍPIO, COM SAÍDA NO DIA 26/09/2018 E RETORNO NO DIA 27/09/2018.									
917-2	JULIANO CLARO PEREIRA							469,17	
8112018	O	7	0001	01.001	01.031.0001.2001	26/09/2018	3.3.90.14.14.01	SERVIDORES EFETIVOS	469,17
ATO DE CONCESSÃO DE 01 (UMA) DIÁRIA AO SENHOR JULIANO CLARO PEREIRA OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE CONTADOR, PARA VIAGEM A CIDADE DE PONTA GROSSA-PR, PARA PARTICIPAR DO CURSO TERMO DE REFERÊNCIA E PROJETO BÁSICO, COM UTILIZAÇÃO DA FROTA DO MUNICÍPIO, COM SAÍDA NO DIA 26/09/2018 E RETORNO NO DIA 27/09/2018.									
827-1	LUCILEIDE LIMA DE OLIVEIRA							469,17	
814202018	O	7	0001	01.001	01.031.0001.2001	26/09/2018	3.3.90.14.14.01	SERVIDORES EFETIVOS	469,17
ATO DE CONCESSÃO DE 01 (UMA) DIÁRIA A SENHORA LUCILEIDE LIMA DE OLIVEIRA OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE ADMINISTRADOR, PARA VIAGEM A CIDADE DE PONTA GROSSA-PR, PARA PARTICIPAR DO CURSO TERMO DE REFERÊNCIA E PROJETO BÁSICO, COM VEÍCULO PRÓPRIO, COM SAÍDA NO DIA 26/09/2018 E RETORNO NO DIA 27/09/2018.									
804-4	MARCELO ANDRE DALANORA							598,34	
7742018	O	7	0001	01.001	01.031.0001.2001	17/09/2018	3.3.90.14.14.01	SERVIDORES EFETIVOS	161,27
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 01 (UMA) DIÁRIA AO SENHOR MARCELO ANDRE DALANORA OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE MOTORISTA, PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA - PR COM UTILIZAÇÃO DE FROTA MUNICIPAL, PARA VISITAR ASSEMBLEIA LEGISLATIVA A SERVIÇO DO VEREADOR MAURO CELSO DA SILVA, VISITA A CAMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA COM SAÍDA NO DIA 17/09/2018 E RETORNO NO MESMO DIA.									
7752018	O	7	0001	01.001	01.031.0001.2001	18/09/2018	3.3.90.14.14.01	SERVIDORES EFETIVOS	90,64
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 05 (CINCO) MEIA DIÁRIA AO SENHOR MARCELO ANDRE DALANORA OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE MOTORISTA, PARA VIAGEM A CIDADE DE PONTA GROSSA - PR COM UTILIZAÇÃO DE FROTA MUNICIPAL, A SERVIÇO DO VEREADOR AILSON PASSOS FELIX COM SAÍDA NO DIA 18/09/2018 E RETORNO NO MESMO DIA.									
7952018	O	7	0001	01.001	01.031.0001.2001	20/09/2018	3.3.90.14.14.01	SERVIDORES EFETIVOS	90,64
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 05 (CINCO) MEIA DIÁRIA AO SENHOR MARCELO ANDRE DALANORA OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE MOTORISTA, PARA VIAGEM A CIDADE DE PONTA GROSSA - PR COM UTILIZAÇÃO DE FROTA MUNICIPAL, A SERVIÇO DO VEREADOR MAURO CELSO DA SILVA, VISITA A CAMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA COM SAÍDA NO DIA 20/09/2018 E RETORNO NO MESMO DIA.									
7962018	O	7	0001	01.001	01.031.0001.2001	20/09/2018	3.3.90.14.14.01	SERVIDORES EFETIVOS	181,27
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 01 (UMA) DIÁRIA AO SENHOR MARCELO ANDRE DALANORA OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE MOTORISTA, PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA - PR COM UTILIZAÇÃO DE FROTA MUNICIPAL, A SERVIÇO DO VEREADOR MAURO CELSO DA SILVA, VISITA D.E.R. - DEPARTAMENTO DE ESTRADA E RODOAGEM COM SAÍDA NO DIA 21/09/2018 E RETORNO NO MESMO DIA.									

8152018	O	7	0001	01.001	01.031.0001.2001	26/09/2018	3.3.90.14.14.01	SERVIDORES EFETIVOS	181,27
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 01 (UMA) DIÁRIA AO SENHOR MARCELO ANDRE DALANORA OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE MOTORISTA, PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA - PR COM UTILIZAÇÃO DE FROTA MUNICIPAL, A SERVIÇO DO VEREADOR ALENCAR ALVES DE MELO, VISITA D.E.R. - DEPARTAMENTO DE ESTRADA E RODOAGEM COM SAÍDA NO DIA 26/09/2018 E RETORNO NO MESMO DIA.									
8162018	O	7	0001	01.001	01.031.0001.2001	26/09/2018	3.3.90.14.14.01	SERVIDORES EFETIVOS	181,27
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 01 (UMA) DIÁRIA AO SENHOR MARCELO ANDRE DALANORA OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE MOTORISTA PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA - PR PARA PARTICIPAR DO CURSO TERMO DE REFERÊNCIA E PROJETO BÁSICO, COM UTILIZAÇÃO DA FROTA DO MUNICÍPIO, COM SAÍDA NO DIA 26/09/2018 E RETORNO NO MESMO DIA.									
1035-8	MARILUZA DA SILVA							362,54	
8152018	O	7	0001	01.001	01.031.0001.2001	26/09/2018	3.3.90.14.14.01	SERVIDORES EFETIVOS	362,54
ATO DE CONCESSÃO DE 01 (UMA) DIÁRIA A SENHORA MARILUZA DA SILVA OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, PARA VIAGEM A CIDADE DE PONTA GROSSA-PR, PARA PARTICIPAR DO CURSO TERMO DE REFERÊNCIA E PROJETO BÁSICO, COM UTILIZAÇÃO DA FROTA DO MUNICÍPIO, COM SAÍDA NO DIA 26/09/2018 E RETORNO NO DIA 27/09/2018.									
17-5	NIVALDO LUCAS FILHO							1.172,93	
7702018	O	7	0001	01.001	01.031.0001.2001	11/09/2018	3.3.90.14.14.01	SERVIDORES EFETIVOS	838,34
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 02 (DUAS) DIÁRIAS AO SENHOR NIVALDO LUCAS FILHO ADVOGADO EFETIVO, PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA - PR, COM VEÍCULO PRÓPRIO, PARA PARTICIPAR DO CURSO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ, COM A TITULAÇÃO DE "SISTEMA DE PRECEDENTES DO NOVO CPC", A SER REALIZADO NOS DIAS 12 E 13 DE SETEMBRO DE 2018, COM SAÍDA NO DIA 11/09/2018 E RETORNO NO DIA 13/09/2018.									
9032018	O	7	0001	01.001	01.031.0001.2001	21/09/2018	3.3.90.14.14.01	SERVIDORES EFETIVOS	234,59
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 05 (CINCO) MEIA DIÁRIA AO SENHOR NIVALDO LUCAS FILHO ADVOGADO EFETIVO, PARA VIAGEM A CIDADE DE PONTA GROSSA - PR COM VEÍCULO PRÓPRIO PARA A CAMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA-PR PARA ESTUDOS QUE ESTAMOS A PROCEDER SOBRE ZONA AZUL E ESTACIONAMENTOS PRIVADOS, COM SAÍDA NO DIA 21/09/2018 E RETORNO NO MESMO DIA.									
Critério de seleção: Empenho do exercício Conta da despesa: 7 Imposto: histórico do empenho									
Empenho por: Juliano Claro Pereira, em valor: 5593,40									02/10/2018 09:25:40
Total: 5.331,49									

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÁ

Relatório de Devolução de Diárias
PERÍODO: 01/09/2018 até 30/09/2018

BENEFICIÁRIO:	JULIANA DE ALMEIDA LANGNER	CPF	202.511.208-48
Nº EMPENHO:	702		
VALOR:	R\$ 490,50		
FORMA DE DEVOLUÇÃO:	DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO		
HISTÓRICO:	REFERENTE DEVOLUÇÃO DE DIÁRIA PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA-PR DIA 13/08/2018 CONFORME RETENÇÃO NO SUBSÍDIO DO MÊS DE SETEMBRO		

BENEFICIÁRIO:	JULIANA DE ALMEIDA LANGNER	CPF	202.511.208-48
Nº EMPENHO:	743		
VALOR:	R\$ 490,50		
FORMA DE DEVOLUÇÃO:	DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO		
HISTÓRICO:	REFERENTE DEVOLUÇÃO DE DIÁRIA PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA-PR DIA 22/08/2018 CONFORME RETENÇÃO NO SUBSÍDIO DO MÊS DE SETEMBRO		



BENEFICIÁRIO: MAURO CELSO DA SILVA **CPF** 036.626.959-36
Nº EMPENHO: 623
VALOR: R\$ 490,50
FORMA DE DEVOLUÇÃO: DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO
HISTÓRICO: REFERENTE DEVOLUÇÃO DE DIÁRIA PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA-PR
DIA 05/07/2018 CONFORME RETENÇÃO NO SUBSÍDIO DO MÊS DE SETEMBRO

BENEFICIÁRIO: MAURO CELSO DA SILVA **CPF** 036.626.959-36
Nº EMPENHO: 624
VALOR: R\$ 490,50
FORMA DE DEVOLUÇÃO: DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO
HISTÓRICO: REFERENTE DEVOLUÇÃO DE DIÁRIA PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA-PR
DIA 06/07/2018 CONFORME RETENÇÃO NO SUBSÍDIO DO MÊS DE SETEMBRO

BENEFICIÁRIO: MAURO CELSO DA SILVA **CPF** 036.626.959-36
Nº EMPENHO: 631
VALOR: R\$ 490,50

FORMA DE DEVOLUÇÃO: DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO
HISTÓRICO: REFERENTE DEVOLUÇÃO DE DIÁRIA PARA VIAGEM A PONTA GROSSA-PR
DIA 12/07/2018 CONFORME RETENÇÃO NO SUBSÍDIO DO MÊS DE SETEMBRO

BENEFICIÁRIO: MAURO CELSO DA SILVA **CPF** 036.626.959-36
Nº EMPENHO: 756
VALOR: R\$ 490,50
FORMA DE DEVOLUÇÃO: DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO
HISTÓRICO: REFERENTE DEVOLUÇÃO DE DIÁRIA PARA VIAGEM A PONTA GROSSA-PR
DIA 29/08/2018 CONFORME RETENÇÃO NO SUBSÍDIO DO MÊS DE SETEMBRO

BENEFICIÁRIO: NELSON JOSE DE MELO **CPF** 740.695.009-87
Nº EMPENHO: 692
VALOR: R\$ 490,50
FORMA DE DEVOLUÇÃO: DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO
HISTÓRICO: REFERENTE DEVOLUÇÃO DE DIÁRIA PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA-PR
DIA 08/08/2018 CONFORME RETENÇÃO NO SUBSÍDIO DO MÊS DE SETEMBRO



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado

Câmara de Vereadores de Jaguariá-PR (Poder Legislativo)

CNPJ:

Exercício: 2018

Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	202.410,49	206.817,87	223.305,67	213.809,24	212.882,95	271.624,36	213.978,83	217.512,33	218.446,76	228.584,72	217.724,31	289.056,03	2.718.153,56	0,00
Pessoal Ativo	202.410,49	206.817,87	223.305,67	213.809,24	212.882,95	271.624,36	213.978,83	217.512,33	218.446,76	228.584,72	217.724,31	289.056,03	2.718.153,56	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	177.230,39	182.099,25	195.443,31	186.293,93	185.355,07	234.432,85	186.098,29	189.510,13	190.390,23	199.278,64	189.417,24	259.962,74	2.375.512,07	
Obrigações Patronais	25.180,10	26.718,62	27.862,36	27.515,31	27.527,88	37.191,51	27.880,54	28.002,20	28.056,53	29.306,08	28.307,07	29.093,29	342.641,49	
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.371,24	2.445,58	2.731,94	2.581,20	2.578,35	3.997,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.705,78	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração														
Despesa de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	2.371,24	2.445,58	2.731,94	2.581,20	2.578,35	3.997,47							16.705,78	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	200.039,25	206.372,29	220.573,73	211.228,04	210.304,60	267.626,89	213.978,83	217.512,33	218.446,76	228.584,72	217.724,31	289.056,03	2.701.447,78	0,00

Documento gerado em 02/10/2018 16:08:41

Página 1 de 4



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado

Câmara de Vereadores de Jaguariá-PR (Poder Legislativo)

CNPJ:

Exercício: 2018

Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	99.806.668,32	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	319.995,24	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	99.486.673,08	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	2.701.447,78	2,72
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	5.969.200,39	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.670.740,37	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.372.280,35	5,40

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	AS DEDUÇÕES INERENTES AO VALOR DE R\$ 16.705,78 CONFORME PREVISÃO LEGAL DO TCE-PR IN 56/2011

Documento gerado em 02/10/2018 16:08:41

Página 2 de 4



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado

Câmara de Vereadores de Jaguaraiava - PR (Poder Legislativo)

CNPJ:

Exercício: 2018

Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal							
	Exercício em que Excedeu o Limite				Exercício do Segundo Período Seguinte			
	No Quadrimestre/Semestre				Primeiro Período Seguinte			
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)		Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3)c	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal								
Valores Percentuais								

Documento gerado em 02/10/2018 16:08:41

Página 3 de 4



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado

Câmara de Vereadores de Jaguaraiava - PR (Poder Legislativo)

CNPJ:

Exercício: 2018

Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

Documento gerado em 02/10/2018 16:08:41

Página 4 de 4

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Digitally signed by JOSE MARCOS PESSA FILHO:28194373972 Date: 2018.10.02 16:12:02 BRT Perfil: Titular do Poder Legislativo Instituição: Câmara de Vereadores de Jaguaraiava - PR

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.



CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARAIÁVA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2017 A JUNHO/2018

Página: 1 / 1

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	07/2017	08/2017	09/2017	10/2017	11/2017	12/2017	01/2018	02/2018	03/2018	04/2018	05/2018	06/2018	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	202.410,49	208.817,87	223.305,67	213.809,24	212.882,95	271.624,36	213.978,83	217.512,33	218.446,76	228.584,72	217.724,31	289.056,03	2.718.153,56	0,00
Pessoal Ativo	202.410,49	208.817,87	223.305,67	213.809,24	212.882,95	271.624,36	213.978,83	217.512,33	218.446,76	228.584,72	217.724,31	289.056,03	2.718.153,56	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	177.230,39	182.099,25	195.443,31	186.293,93	185.355,07	234.432,85	186.098,29	189.510,13	190.390,23	199.278,64	189.417,24	259.962,74	2.375.512,07	0,00
Obrigações Patronais	25.180,10	26.718,62	27.862,36	27.515,31	27.527,88	37.191,51	27.880,54	28.002,20	28.056,53	29.306,08	28.307,07	29.093,29	342.641,49	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF)	2.371,24	2.445,58	2.731,94	2.581,20	2.578,35	3.997,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.705,76	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	2.371,24	2.445,58	2.731,94	2.581,20	2.578,35	3.997,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.705,76	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JRRF	2.371,24	2.445,58	2.731,94	2.581,20	2.578,35	3.997,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.705,76	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	200.039,26	206.372,29	220.573,73	211.228,04	210.304,60	267.626,89	213.978,83	217.512,33	218.446,76	228.584,72	217.724,31	289.056,03	2.701.447,78	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	99.806.668,32	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	319.995,24	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	99.486.673,08	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	2.701.447,78	2,72%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	5.969.200,38	6%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.670.740,37	5,7%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.372.280,35	5,4%